
HYDERABAD – Grupo de NCUC de Regulação de Conteúdo e DNS

Domingo, 6 de novembro de 2016 – 17h às 18h30 IST

ICANN57 | Hyderabad, Índia

RAFIK DAMMAK: Temos a regulação de conteúdos do grupo NCUC e o DNS, 6 de novembro 2016, e essa é a sessão das 17 horas. Agradeço a todos para vir essa sessão de tópico de auto interesse, falar sobre regulamentação de conteúdo da DNS, teremos vários pontos de vista, sobre a regulamentação de conteúdo no contexto da ICANN e temos vários palestrantes, e vou pedir que todos sejam breves. Eu queria só falar do contexto aqui, o tópico, primeiro eu gostaria de me apresentar, eu sou Rafi Dammak, presidente da NCU, o tópico veio de um dos nossos membros Eletronic Frontier Fundation, e nós achamos que é importante incluir todos nessa discussão, desde a parte comercial, partes contratadas, então vou passar o microfone para cada um, para 1 minuto ou 2.

MITCH STOLTZ: Muito obrigado Rafik, eu sou Mitch Stoltz da Eletronic Frontier Foundation, nós propusemos essa discussão para discutir se a ICANN ou os nomes de domínio e seus participantes serem usados para regular conteúdo de internet. A internet é um

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

sistema revolucionário para comunicações abertas, em grande parte porque é descentralizado, e isso torna difícil para que qualquer indivíduo ou grupo controlar conteúdo que acha indesejável. Mas a internet tem os seus pontos de gargalo e de controle, e o sistema de nomes de domínio é uma delas. Então uma, esses pontos de gargalo, são uma grande tentação de diferentes grupos de interesse usarem para regulamentar o conteúdo. Os novos estatutos da ICANN, tem uma forte declaração de princípio, os conteúdos dos velhos sites de serviços da internet estão além do mandato da ICANN. Mas várias coisas dentro dos novos estatutos, faz com que isso seja ainda uma questão em aberto. Há vários mecanismos da ICANN, houve várias iniciativas nos últimos anos para aumentar o uso de suspensão de nomes de domínio, ou ameaça de suspensão, como meio de regulamentação de conteúdo, incluindo copyright, licença profissional, regulamentação de vendas de certos produtos como medicamentos. Também houve tentativas de colocar isso dentro dos contratos. Então usando o guarda chuva, o estatuto da ICANN para dar legitimidade, otimizando esse processo de baixo para cima, para dar legitimidade a esse conceito. Então se essa linha for violada, a regulamentação de nomes e conteúdos, se essa linha for rompida, se essa fronteira for ultrapassada, eu acho que não haverá outra fronteira, e é isso que eu queria discutir nessa

sessão. E além do copyright, e licenciamento profissional, existe algum outro limite que possa ser aplicado? Então eu acho que...

RAFIK DAMMAK:

Mitch muito obrigado, aqui nós temos uma visão geral do que nós estamos tentando chegar, eu vou passar para Allen Grogan que vai apresentar o contrato, registro, registrador, que vai dar um marco inicial para essa discussão, então podemos passar para o outro slide, por favor.

ALLEN GROGAN:

Próximo slide então, por favor. Bom, não é o slide certo, mas tudo bem, vamos lá. Eu acho que há uma apresentação dos estatutos de missão da ICANN e cláusulas principais dos contratos como registradores e registros. Eu disse que ia falar em 3 minutos, eu não vou esperar os slides, o que eu queria dizer, como Mitch mencionou, há uma proibição da ICANN atuar fora de sua missão. Então a missão, a gente não vai ter tempo de ler, mas é de natureza técnica, e está relacionada com a coordenação dos nomes da internet, coordenando a locação e designação dos números de protocolo, nomes e uma proibição específica, na regulamentação dos serviços, que a ICANN atue sobre conteúdos. Então a ICANN não é um órgão regulador. No entanto, existe uma cláusula, que diz essencialmente que os contratos antes de 1º de outubro de 2016, são os mesmos

contratos anteriores, e na renovação desses contratos, a ICANN pode atuar, eu não vou ler em detalhes, mas o que esse slide diz, é que no diálogo com a comunidade, sempre que alguém quer que a ICANN faça algo para combater abuso, isso deve constituir a violação do cumprimento do contrato. E a gente pode voltar esse slide, então muito obrigado.

RAFIK DAMMAK:

Muito obrigado Allen Grogan. Steve DelBianco quer acrescentar algo sobre os novos estatutos?

STEVE DelBIANCO:

Como um dos membros do CCWG da via de trabalho 1, foi como se eu tivesse estudado direito. Mas mesmo assim, eu não sou um advogado. A discussão do Allen parece que se, apenas existe essa cláusula de avô que cria a oportunidade de salva guardas, mas os assessores jurídicos dizem outras coisas. Eles acham que a salva guardas de interesse público, entrar nos contatos, não são a mesma coisa que a regulamentação de conteúdo. Então foi acrescentado para evitar qualquer dúvida. Então a ICANN não ia deixar de lado esses contratos, esses contratos teriam a sua validade então mantida, e a renovação e o desenvolvimento de novos contratos seriam vistos de uma outra perspectiva, então haveria oportunidade de acrescentar cláusulas, recomendações do GAC. Então eu, foi também esclarecido como

Allen disse que, a criação de novos contratos, inclusive compromissos de interesse público seriam esclarecidos e fiscalizados no contrato. E isso está dentro do mandato da ICANN, então eu acho um erro acreditar que esses compromissos de interesse público são uma anomalia. O processo esse de cima pra baixo, não vai acontecer novamente, mas em si não são regulamentação do conteúdo. Então não são uma exceção. Pode acontecer que as partes contratadas pela ICANN tenham compromissos com os usuários finais, companhias etc., e esses compromissos serão fiscalizados pela ICANN.

ALLEN GROGAN:

Desculpem se eu fui mal-entendido, eu entendo isso. Quando nós olhamos os contratos que são cláusulas obrigatórias, e são fiscalizados e devem ser aplicadas. Esse foi o objetivo dessa cláusula avô, para combater o abuso é necessário que isso esteja incluído no contrato. E isso tem que ser parte da missão, ou que seja parte das cláusulas do contrato. Nós desenvolvemos políticas de consenso de baixo para cima, e elas podem ser aplicadas da mesma forma.

RAFIK DAMMAK:

Então eu acho que agora nós estabelecemos então um marco para a segunda parte da discussão, tentamos pensar em

possíveis cenários, do que pode estar do contexto da regulamentação de conteúdo, então nós temos diferentes casos aqui na tela, o que nós queremos um feedback e intervenção aqui sobre isso. Eu acho, gostaria de passar por todos os cenários, nós temos diferentes casos, direito cooperativo, ou pode haver uma lei governamental contra críticas ao governos, então tentando responder à primeira pergunta, a infraestrutura pode usar para fiscalizar o conteúdo do website ou de outros recursos da internet, então quais medidas como a suspensão do domínio se compara a outras medidas, como medidas jurídicas ou financeiras? Eu gostaria de ter opinião dos registradores, começando com Michele Neylon.

MICHELE NEYLON:

A pergunta é um pouco, tem várias nuances, há políticas de que todos os registradores credenciados pela ICANN, devem obedecer. Por exemplo, se um domínio é problemático devido, em uma DRP ou URS, isso está no contrato. No entanto, quando algo sai fora disto, eu como provedor de hospedagem, eu não quero tomar a decisão arbitrária, mas eu posso, se eu precisar. Então você decide hospedar um website numa empresa privada, se você fizer através da nossa empresa, nós temos cláusulas no contrato, e se você violar, podemos suspender o seu site. A questão é que há uma grande diferença entre o nome de domínio que foi estabelecido só para infringir a lei, ou outro que

foi comprometido. Então para nós, nós temos relatos de abuso de sites que são usados para phishing, malware e atividades nefastas. Nós podemos então fechar o website e manter só os e-mails, nós podemos retirar totalmente do ar às vezes serviços legítimos, e não é uma pergunta fácil, porque nós como uma empresa irlandesa, eu cumpro com a lei da Irlanda, então eu não posso, por exemplo se o site jurídico de Hyderabad, pode fazer uma solicitação, eu posso investigar, mas eu não cumpro com a lei da Índia.

RAFIK DAMMAK:

Michele muito obrigado Michele, talvez a perspectiva das marcas registradas. Steve Metalitz o que você acha disso?

STEVE METALITZ:

Muito obrigado, eu acho que a Michele falou algo muito importante, que a apresentação do Mitch deixou meio indefinida, eu acho que o que a ICANN faz é cumprir com leis e políticas que tem a ver com os registradores e registros, então são feitos contratos a termos de serviço, há uma grande diferença e nós tivemos muitas discussões dentro da ICANN nos últimos anos sobre cláusulas especiais, e eles estão nos slides do Allen, então no contrato de credenciamento, há clausulas em relação ao compromisso de interesse público. E há diferentes visões de quais são as exigências desses, do que, que a ICANN

deve fazer, e o que, que a empresa contratada deve fazer. E eu tenho certeza que essa discussão vai continuar, mas não é isso que nós estamos falando aqui. Quando a gente fala das regulamentações paralelas, não é sobre isso, é sobre a ICANN colocar em vigor a aba, se fala aqui muito do guarda chuva da ICANN, eu não sei o que, que é isso, eu nunca vi. Eu acho que as atividades de empresas privadas, e elas escolhem com quem elas fazem negócio e tem termos de serviço e não podem fazer isso para cometer crime. Então os servidores têm contratos que tem clausulas em relação a isso. Assim como as redes de publicidades, então não sei se é positivo ou negativo para que esses contratos voluntários, ou esses acordos voluntários sejam feitos, então eu acho que é uma política muito importante tomar passos para evitar com serviços que usam atividades ilegais, há várias atividades ilegais que estão sendo realizadas na internet. Então se isso é considerado conteúdo, regulamentar conteúdo, não tem a ver com isso, tem a ver com isso para dar um acesso para esse conteúdo que leve à violação da lei, como foram mostrados exemplos aqui, violação da lei. Então acordos voluntários e políticas voluntárias que os registradores e registros, que entre muitos outros estão fazendo, nos vai dar uma internet mais segura e melhor para os usuários do mundo. E isso deve ser estimulado e não desestimulado.

RAFIK DAMMAK: Eu acho que isso deve estar ligado, o Mitch pode querer responder isso.

MITCH STOLTZ: Algumas coisas com relação a isso, começando com termos de serviço, e eu mencionei isso na reunião com a diretoria hoje. Cada negócio estabelece os termos de negócio. Ele estabelece esses termos para se proteger. E para clarizar sobre a empresa e comercializar com a sua empresa, o que escolher o cliente, cada empresa faz isso. E ter termos de serviço não significa que os terceiros, estranhos a esse contrato, ganhem direito. Então a noção de que, por exemplo, um titular de copyright, ou outra, alguém que diga que está sob a, que foi agravado pela violação de alguma lei ou política, não tem atribuição sobre os termos dos seus registradores, então os termos de serviço se transforma em uma lei e não num contrato comercial. Uma lei que pode ser aplicada por todos. E essa situação pode acontecer. E então temos a noção de acordos voluntários. E de novo, cada registrador, cada parte contratada, cada empresa escolhe os termos que quiser para fazer negócios. Mas é importante que haja diversidade, alternativas e concorrência. E também com esses termos. Especificamente quando falamos sobre coisas, e por exemplo, quando as partes contratadas não têm responsabilidade legal, uma parte contratada sobre a lei de cada país, não tem obrigação de seguir o direito, a legislação de

outros países, não há obrigação legal então, jurídica, porque os países não, as partes contratadas não podem ser responsáveis pela violação de copyright de um terceiro. Salvo em algumas poucas circunstâncias. Mas se cada parte contratada fizer as mesmas escolhas, por imposição da ICANN, ou porque é a melhor prática, ou ele segue as melhores práticas, então não haverá alternativa nenhuma. E o conjunto de práticas que, e eu falo de interesses bem particulares como a indústria de entretenimento ou órgãos regulatórios profissionais por exemplo, então, e isso se converte numa espécie de direito mundial. O que é muito perigoso porque isso não existe na verdade, uma definição de direito global para atividades abusivas. É muito perigoso isso, ter um único conjunto de políticas, para uma internet mais segura, porque isso pode por exemplo, poderia especialmente incluir aspectos como o de copyright.

RAFIK DAMMAK:

Muito bom, obrigado Mitch, eu vejo aqui mãos levantadas, vamos começar aqui com Michele.

MICHELE NEYLON:

Eu vou tentar ser breve. Então desde, é a primeira vez aqui na ICANN que eu concordo inteiramente com o Steve, isso não é muito normal que aconteça. E eu com o maior respeito, eu acho

que aqui estou tentando apresentar uma situação de um helicóptero (inint) [00:41:41] para retirar direitos das pessoas, mas essa não né a situação, você está falando de uma maneira muito filosófica, e realmente soa muito bem, mas eu não vejo aqui nada de contrato. E dizer que os registradores estavam criando um monopólio de serviços é ridículo, nós estamos concorrendo ativamente entre todos nós. Quando eu acordo de manhã, eu vejo, tento checar o que a concorrência está fazendo, e realmente é uma concorrência enorme, é esse mercado assim, e eu estou tentando entender o seu conceito, eu não entendo muito bem o que você está dizendo aqui. Porque se você, aqui eu queria dizer que esse é um serviço que vai permitir que as pessoas violem uma lei, ou perturbem o DNS ou tirem a estabilidade da internet, não sei, não concordo com você então, se é isso que você quer dizer. Muito obrigado.

RAFIK DAMMAK: Obrigado Michelle, agora é a vez do Allen.

ALLEN GROGAN: Rapidamente, eu não vou dar aqui todas as questões filosóficas, do ponto de vista da ICANN, há contratos feitos com terceiros privados, registrers, e não vejo que aqui a ICANN tenha papel de decidir sobre essas partes, isso tá fora do escopo da ICANN, não podemos obrigar as partes, os registradores e registrers, eles

fazem os contratos que eles querem, e sempre que os contratos
banho violem as leis, ou as condições, mas se um register e um
registro decidem assinar um contrato, eles decidem confiar no
MPAA ou nas forças da lei etc., eles são livres e não dependem
da ICANN.

LIZ FINBERG:

Eu não concordo com Steve, tampouco Mitch, e eu vou, eu
concordo com o que diz Michele na noção de que de alguma
maneira todos vão fazendo a mesma coisa, todo mundo, isso
cria precedente em estarmos gerando um direito, uma lei, e isso
não é bom. então há diferentes abordagens, por exemplo,
depomos desabilitar um site da internet, e para isso precisamos
de uma ordem judicial, e então, nós podemos decidir
implementar um procedimento ADL pelo qual o registrar,
registro não está aplicando a lei, simplesmente está confiando
esse serviço de mecanismo de disputa alternativo, que vai
garantir o devido processo, o direito de apelação e etc., e
também um padrão bem mais alto de suspensão de um nome
de domínio perante um tribunal federal, então há um amplo
leque de abordagens, e é uma forma de conjuntos de acordos
feitos pela indústria, então, e eu também queria perguntar aqui
Michele, gostaria de ouvir sua fundamentação sobre o porquê
termos de serviço pode ser uma maneira de criar uma lei, de
forjar uma lei, e a companhia, todas, cada indústria é diferente

dentro do TNST em seus direitos quanto à fixar determinados termos de serviço, então eu não vejo como, de que maneira, essa maneira poderíamos criar uma lei fixa.

RAFIK DAMMAK: Muito obrigado, aqui o pessoal da minha esquerda vai ficar bravo. Eles têm prioridade Robin e etc., Robin você pode começar.

ROBIN GROSS: Muito obrigado, quanto aos registrantes há uma série de preocupações sobre a desativação de sites, há alegações sobre fazer isso sem ordem judicial, e esse é um dos maiores problemas, que é a falta de um processo devido. E há mecanismos já que garantem que isso não aconteça, e não há uma expertise legal, jurídica, que defina como deve ser o contrato entre as partes. Seria muito pedir que as partes contratadas considerassem todas as diferenças estatutárias, e todas as nuances, antes de chegar ao recurso de ordem judicial. E as partes não querem ser consideradas responsáveis pelas ações de seus clientes. Então há um incentivo aqui realmente de errar quanto à censura de um site, ou outros casos similares, então aqui não há uma única coisa em disputa, e podem ir para um site que chama chillingeffects.org em que há muitas dessas reclamações de retirada de um site no cenário de internet, e eu

realmente aqui estou defendendo as partes contratadas, mas são situações reais e que acontecem o tempo todo. E vejam então no site, nesse site, todos esses exemplos, essas reclamações que existem de casos reais, reclamações falsas nesse sentido. Muito obrigada.

JON NEVETT:

Eu vou começar bom, dizendo que eu concordo com Mitch na primeira coisa que ele disse que é o que nós acreditamos também, internet aberta, TLDs abertos não devem regulações à ICANN, enquanto a conteúdo, sobre operadores de .DOCTOR, somos muito importantes, queremos ser abertos, queremos ter uma internet aberta e muitas pessoas querem que esse site fique fechado para médicos e evitar que pessoas como Steve Crocker obtenham um DNS.DOCTOR, alguém que não seja médico, então não deveríamos evitar, ou fazer com que as pessoas não queiram ser ouvidas, não queiram falar, uma aplicação ex ante, e acreditamos fortemente nas aplicações ou requisitos expostos, ou essas regulações expostas, e deveríamos considerar esses casos como esse .DOCTOR e a nossa filosofia, então e podemos levar isso, extrapolar isso para os tipos errados de internet, por exemplo, abuso com imagens de crianças, e obter então uma reclamação através de uma relação confiável como entidade como NCMEC nos Estados Unidos ou IWF no Reino Unido, e essa é uma companhia privada, queremos

que o nosso nome esteja limpo, e podemos ter alguém que seja especialista nessa indústria, e que diga: aqui há abuso como imagens de crianças, então aí a companhia vai desativar o site, e isso pode ser levado até a justiça, e também há outras formas de abuso como phishing ou outros usos indevidos de abordagens que nós vemos a cada dia. Por exemplo, tivemos uma queixa que alguém registrou .estupro, é horrível esse site, nós tivemos uma queixa, não vou esperar uma ordem judicial, nós somos uma empresa privada, e concordamos em suspender esse nome imediatamente, então não houve nenhum processo, há outros casos em que isso não acontece. Por exemplo, um caso de abuso de copyright, então temos uma notificação de download ilegal de algo com copyright então nós não vemos isso, essa relação de confiança com o IPIA por exemplo, foi criticado pelo Mitch e outros, mas durante 9 meses recebemos 12 referências, são os piores dos piores. Então foram ordens judiciais para o mesmo site. Então o que, que a gente faz? A gente faz com que esse registrante vá aos tribunais? Não, a gente tira do ar imediatamente. Então se um restaurante não quer que as pessoas entrem de short e Havaianas, tudo bem, é a mesma coisa conosco. Se você, se alguém quer registrar um outro, um site de abuso infantil, pode ser um outro, mas não no nosso registro. Nós precisamos não só para nos proteger, como aos consumidores. Quem é prejudicado por esse uso errôneo. Nós não queremos retirar os nossos clientes do ar, nós queremos

que eles fiquem contentes e satisfeito. Então a gente quer ter certeza que quando retira um site do ar, há abuso. E certamente não estamos estabelecendo uma legislação. Eu não sou um legislador, nem quero ser, não é isso que nós estamos fazendo com essas relações. Nós estamos estabelecendo os nossos códigos de conduta, e centenas de empresas fazem isso online off-line. E passo para o próximo.

RAFIK DAMMAK:

Então nós gostaríamos que os outros palestrantes falem, e passar para a próxima pergunta, Steve Metalitz.

STEVE METALITZ:

Muito obrigado, brevemente o que nós ouvimos com intervenções, foram diferentes formas de diferentes, em situações diferentes, o RDAPRE dá notificador confiável, são formas diferentes de lidar com isso, e tem vários graus de eficácia, mas a ideia de estimular esse tipo de abordagens voluntárias, e também inclui a diferenciação que o John fez, que é muito importante, de ex ante e ex post, soa anterior e a posteriori, então você, só pode se inscrever em novos TLDs se você mostrar a propriedade do copyright antes de registrar esse TLD. Então, e o Donuts diz que qualquer um pode registrar, mas se houver informações de que está sendo usado para propósitos ilegais ele será retirado do ar. E eu encorajo as pessoas a lerem

as informações que a DONUTS publicou sobre isso. Então uma coisa é te tirar do ar porque há um pedacinho que há uma infração de copyright. Ninguém está privando ninguém do seu direito de falar na internet. Então por exemplo, no caso do .ORG então tem a ver com retirar do ar, por violações da legislação de países específicos. Isso não tem a ver com a situação que estamos falando aqui.

STEVE DeIBIANCO:

Muito obrigado Rafik, esse é um tópico de alto interesse, e eu sei por que, nós temos que estar meio altos para acreditar que se um registrador e registro tomam uma medida, isso é a mesma coisa com criar uma lei, não tem nada a ver com isso. Os registros, e o registrador, retém a determinação se o queijo é específico e confiável para que uma ação, para ser tomada. Então há todo um domínio nessa retirada do ar porque um usuário postou documento ilegal, ou vendeu bens falsos ou roubados, a especificidade é essencial. DONUTS não vai retirar todo o site do ar por causa de um consumidor. O PIC tem consequências, tem as medidas como por exemplo suspensão, existem salva guardas para equilibrar as atividades, bom, não se pode retirar do ar um site, só porque uma pessoa realizou uma atividade ilegal.

RAFIK DAMMAK: Nós vamos passar para Thomas porque ainda tem várias perguntas a serem respondidas.

THOMAS RICKERT: Eu represento a Eco Internet, Associação da Alemanha. Nós temos os registradores, temos mais de 20 anos de auto regulação em segurança, muitos de nós estão pensando em coisas diferentes, e situações diferentes e isso pode levar a conclusões erradas, toda essa área é muito complexa e impede soluções de amplo espectro, porque não vão funcionar. Uma coisa é registrador, registro e provedor de serviços, eles não podem se levando um cliente facilmente. Se você for notificado de que há atividade ilegal e você não fizer nada, você tem responsabilização legal, mas se você tirar do ar um serviço de um cliente que é legítimo você também está aberto a processos pelo cliente. Nem sempre é fácil fazer a coisa certa, em muitos casos os registradores, registros, não tomam as decisões corretas, e essas decisões não são tomadas levemente. Eu não gosto no que eu vi na internet, eu não gosto do que eu vi no yahoo.com, não funciona assim, você deve olhar cada caso. Eu sou responsável pelo equivalente da Alemanha pelo IWF hotline, e estou trabalhando na área específica de reduzir abuso ou pornografia infantil. Então há essas queixas, e trabalho com as forças da lei o ISP, para tomar ações e às vezes não se pode tirar um domínio do ar, porque há investigações sendo realizadas. E

o que muitas vezes se vê é um aviso contínuo e então, você deixar isso, tirar do ar, e os usuários não poderem ver, talvez não seja bom. Nós precisamos ver qual é a queixa, e qual é a resposta adequada, devemos falar com o registrador, ou com o ISP que retire do ar e evite a distribuição do material ilegal. O que eu estou dizendo é que a auto regulação é excelente, os provedores de serviços têm termos de serviços, e eles devem estabelecer regras para os seus serviços, e se for um cliente e violar essas regras, você corre o risco do seu site ser retirado do ar, mas isso deve ser feito de forma diligente e bastante ponderada. Por exemplo, a lista de bloqueio e filtragem para os ISPs, foram analisados, e muita gente que, muitas organizações que agregam nomes à essas listas, não vem em certas áreas, tem um exemplo em outro país europeu há alguns anos em que os ISPs, pegou as listas de filtragem de sites, e um cliente, esses clientes tiraram do ar, e por causa do acordo com as forças policiais, e ele foi, então ele disse: bom, isso eram recomendações, se eram as forças policiais então eu só tô fazendo isso porque me pediram, então eu acho que em geral se ter uma abordagem então caso a caso é importante para os provedores de serviço para retirada do ar de um domínio. Agora Mitch você tem vários comentários...

MITCH STOLTZ:

Bom, eu fico bastante estimulado e contente com o que eu ouvi sobre os registros e registradores em termos de nuances, e determinação pessoal. Mas eu tenho muitas outras preocupações, uma foi uma proposta da iniciativa de domínios saudáveis, de criar o DRAP para o conteúdo da internet. Segundo isso foi coberto no blog do FF, então é sobre as farmácias online, vários grupos que pedem a suspensão de nomes de domínio, de farmácias que só as políticas americanas são, a lei americana permite que se envie medicamentos pelo correio, então isso é uma transação permitida, mas dependendo de algumas associações, essas entidades não devem ter um nome de domínio. E em terceiro lugar o acordo do DONUTS com o MPAA, eu não estou implicando com a DONUTS ou PAR, mas poucos dias depois do acordo, e eu estou citando que foi disso, e que isso seja um modelo para todos, o MPIA disse isso para o representante de comércio dos Estados Unidos, e isso foi mencionado em vários grupos em Washington, e aí é onde está o perigo. Porque embora possamos dizer, algumas coisas são legais e outras ilegais, é uma coisa preto e branco, o WHOIS, a diferença de interpretação e todos estão sujeitos às mesmas, se todos estiverem sujeitos às mesmas políticas, na verdade isso é elaborar leis de uma outra forma. Isso é nos Estados Unidos, eu sei que há outros exemplos fora do contexto dos nomes de domínio. Assim como na comissão europeia, como pediu a plataforma de mídias sociais, para implementar entre aspas,

políticas antirracistas, ou anti ódio. Na verdade, não são medidas voluntárias quando os governos as estimulam e pressionam com uma ameaça silenciosa de futura legislação sobre o tema. São chamados de ameaças silenciosas. Então a questão é para que serve um nome de domínio? É simplesmente um identificador único para servidores da internet, ou é algum tipo de certificação de boas cidadanias, legalidade, e quem é que certifica isso, e sobre a legislação de qual país? E qual política é usada? E se as pessoas discordarem com o conteúdo dessa certificação, e isso não afetaria o funcionamento do sistema de nomes de domínio? Esse seria o meu medo.

RAFIK DAMMAK:

Obrigado Mitch.

LIZ FINBERG:

Brevemente por favor, eu seria omissa se eu não mencionasse que não houve nenhuma proposta do NDA em relação, ou HDI em relação a conteúdo. Há várias propostas que tem a ver com farmacêuticos, mas não há nenhuma pressão para adotar as mesmas práticas, HDI não é da ICANN, são práticas puramente voluntárias, e dentro desse grupo há um entendimento, sabemos que não concordamos, cada um de nós pode adotar qualquer das propostas sendo discutidas, obrigada.

RAFIK DAMMAK: Muito obrigado Liz, vamos preparar a seguinte pergunta. Sobre se a ICANN e os participantes de outros nomes de domínios podem ter algum tipo de regulação de conteúdo. Isso para falar mais do que apenas falar de copyright, ou má utilização, quem é que gostaria de começar, Richard?

RICHARD LEANING: Estou aqui a título pessoal, como um ex-policial, e do ponto de vista perspectiva de aplicação da lei realmente é uma questão complexa, muito complicada, para todos os órgãos de aplicação de lei do mundo, e há muitos problemas que devem ser tratados em nível nacional, e é interessante ouvir aqui o que fazemos com os registros, os registrers, e tava bons contatos entre eles, e alguém como o DONUTS pode falar sobre casos sim que há infração, mas a complicação para aplicação da lei é que falamos o que? Sobre nomes de domínio, estamos falando de, o que as buscas nos Google, onde que nos encontramos, e na profundidade da web ou onde, qual é o ambiente, o que controlamos? Um verdadeiro desafio e temos casos individuais, e em geral são aspectos reativos e não proativos, e o problema é que os órgãos da lei anti, contra os indivíduos cibernéticos, tratam com todo cyber delito, e nem sempre isso é acrescentado, mas sempre assim, temos casos diferentes e com fármacos, abuso infantil,

armas, etc., há diferentes rubros, e que são tratados dentro da jurisdição de cada país, e tentando encontrar a melhor solução, não são situações fixas, sempre são diferentes e únicas. Então sim, nós como forças da lei, realmente não sei, nós participamos, mas não há um direito mundial para lidar com o cyber delito, e esse é um problema, mas devemos sim recorrer à legislação de cada nação.

RAFIK DAMMAK:

Ok, muito bem, agora vamos ouvir Shane Tews.

SHANE TEWS:

Agora são 06:00 da tarde, domingo, estamos na Índia, é um lugar histórico, estamos aqui nessa sala escura, falando sobre esse assunto e realmente, isso indica que esse assunto é muito importante, e é por isso que a RAA levou muito tempo, e por isso que há um manual de solicitações para novos TLDs, etc., mas isso é muito exigente, então é importante que nós pensemos bem que realmente aqui há um grupo de pessoas que está tentando não pisar no direito de outros grupos. Aqui temos o mundo digital, e as companhias não querem hospedar atividades ilegais, e aconteceu nos Estados Unidos com o Dyn Attack, que foi um grande desafio para muitas companhias, então para agir, inclusive pensando nos termos de serviços e (inint) [01:14:39] em atividades, deve haver e também por

colaboração ilegal e voluntária, essa é uma ferramenta, isso nos ajuda equilibrar tudo isso contra as atividades ilegais. Nós não estamos eliminando o conteúdo, mas estamos utilizando a capacidade de suspender um ponto de acesso ou uma informação que não é legal, eu quero que pensem mais, dediquem um tempo para pensar nisso, e o fato de que as companhias individuais escolheram formas diferentes de lidar com isso, nos faz lembrar de que realmente isso funciona. E realmente não é uma regulação paralela e obrigatória.

RAFIK DAMMAK:

Sim Robin.

ROBIN GROSS:

Sim, realmente devo falar como participamos em alguns fórum e regulações e alguns, não participamos de outros, e aqui o que nós temos aqui é uma confluência de todos, uma série de questões, tantas questões diferentes, e estamos falando em conteúdo ilegal, e ninguém aqui nesse painel é contra questões como quando falamos de abuso infantil ou violência real, ou danos no mundo. Mas esse é o tipo de argumentação que nós ouvimos, e isso é aplicado à copyright, e a licenças, e a empresas de negócios, mas que não tem muito a ver com o tipo de situação, como é a pornografia infantil. Então um dos riscos que nós temos aqui quando começamos a observar essas questões,

é ver como podemos manter a missão da ICANN e a ICANN deve levar em conta todas as missões que temos aqui na tela sobre ICANN, partes contratadas, e todos que devem ser especialistas e decidir se algo é ou não é aceitável para aparecer na internet, porque há uma questão de licença e jurisdição, ou que tem a ver com a moral pública. Então há muito expertise aqui, e um momento enorme da missão da ICANN, são questões jurídicas, aqui temos políticas, questões sociais, não tem a ver com a (inint) [01:17:22] de sistemas e nomes de domínios. Aqui é uma inflação enorme de um assunto que é muito negativo para as pessoas, mas, de delitos horríveis etc., mas não deveria entrar na discussão da ICANN.

JON NEVETT:

Obrigado Robin, é uma posição mais razoável, e aqui nesse fórum devemos lembrar os princípios de Manila, e o segundo princípio diz que o conteúdo não deve ser restrito por ordem judicial. E não é só dizer não, não me preocupo com copyright, mas a questão do abuso infantil etc., devemos ser muito simples e diretos. Eu entendo seu ponto de vista, eu acho razoável também que um provedor de serviços diga eu não vou seguir o copyright. Temos casos negativos (inint) [01:18:33] nesse caso se vamos considerar o que é uma infração de copyright, mas esses princípios de Manila são muito fortes porque não haverá,

entendo que não devo recorrer a uma ordem judicial para um caso de abuso infantil e tal. Muito obrigado.

GRAEME BUNTON:

Oi, estou aqui pensando nesses comentários, e eu acho que Thomas realmente, a reflexão do Thomas foi muito interessante, sobre todos os casos, os casos cotidianos, se falamos sobre algum tipo de relação de cumprimentos, se falamos com pessoas que tratam questão de cumprimentos nos registros, elas dirão que estão fazendo escola, não sem preocupe se estão, se é uma questão de ver ou não, a lei é uma questão que vai bem além disso, e todos pensam que a queixa, se todos pensarem que a queixa para abuso é algo bem claro e fácil definir, estão enganados. Há áreas cinzentas em cada uma das reclamações por abuso que recebemos. Tentamos fazer com que aqueles que reclamam, e essas partes se reúnam e decidam, e nós nos vemos como as partes que mantém o processo, os mantenedores do processo, e que o processo esteja limpo, que seja um processo limpo, e sempre tentamos garantir que o processo devido seja seguido corretamente, e um pouco como disse Robin, não tentamos aumentar as circunstâncias de exigência, temos na ocasião muitas queixas que parecem bem legítimas, e a carga é que, que possível de tudo isso, seria ter que pesquisar cada uma das reclamações, e seria uma tarefa sem fim. Então isso é uma empresa, deve ser rápido, ser fácil, e

que exija pouco trabalho. Nós tentamos fazer bem as coisas e eu acho que a nossa abordagem é a correta, eu sinto isso.

RAFIK DAMMAK: Obrigado Steve e Michele.

STEVE DeIBIANCO: Eu gosto muito como essa questão está sendo tratada aqui porque me dá oportunidade que eu vou ser aliado do Mitch, porque na NetChoice meu trabalho é que a internet seja segura para meus clientes. Significa que Mitch e eu fazemos lobby para que um legislador aceite uma lei, ou uma lei que não seja aceitável quanto ao conteúdo, etc., há restrições também sobre os serviços de dados, e essa é uma questão muito difícil, e aqui respondendo a sua segunda pergunta. Temos companhias que tem seus próprios programas, trabalham de forma discricional sobre cada uma das suas reclamações com base nas suas próprias reclamações, então é o exemplo da DONUTS é muito pertinente, e acho que também aplicação do PIC spec todas essas são questões que estão relacionadas. E devemos demandar um certo nível de especificidade, e a natureza de que algo seja verificado. E isso é para sugerir que um e-mail de funcionário de governo seja tão importante que nos leve a tirá-lo do ar. Então devemos ter leis operacionais realmente

operacionais, mas não depende de vocês agir sobre os procedimentos.

MITCH STOLTZ:

Muito obrigado Steve, a pornografia infantil é um mau exemplo, estão fora do nome sistemas de domínio, mas tá muito relacionado, o sistema voluntário no Reino Unido, do nível do OSP para bloquear a pornografia infantil, foi esse sistema foi estabelecido e a indústria de entretenimento disse: bom, temos esse excelente sistema, agora também podemos usar para infringir direitos autorais, então fora do sistema de nomes de domínio, mas que é ilustrativo, um sistema similar a Motion Picture Association of America's, que tem um sistema de classificação de filmes, organização não governamental, seria um tipo de censura indicando a idade. Então recentemente houve uma ação legal em que uns grupos de consumidores que essa IPA, que eles impediam que as crianças viessem qualquer cena que aparecesse alguém fumando, então isso foi tirado. Então quando se tem um mecanismo que pode impedir a expressão, que pode bloquear os canais de informação, as pessoas vão tentar usa-los por bons e maus propósitos, e por diferentes prioridades. E aí que está o perigo. Eu acho que a ICANN tem que ficar longe disso. Eu não sou da ICANN, eu não participo regularmente, mas é o regulamento de conteúdo, é

outra coisa. Se for inevitável, se for numa forma prática se aplicar a todos, seria o equivalente a uma legislação.

RAFIK DAMMAK: Eu tenho uma sugestão, nós temos só 15 minutos nessa sessão, e vamos ter uma última intervenção, e abrir então para o público.

ALLEN GROGAN: Uma das perguntas era se a ICANN pode tratar da regulamentação de conteúdos, na nova missão estatutos da ICANN, dentro expressamente do escopo do mandato da ICANN é coordenar o desenvolvimento e implementação de políticas para as quais sejam necessárias resoluções coordenadas para facilitar a segurança ou estabilidade do DNS. E quanto a alguns tipos de abuso, como se ameçarem a estabilidade e seguridade da internet, isso seria submetido à elaboração de políticas que a ICANN pode implementar. Por exemplo, malware, botnet, que podem afetar a estabilidade e a segurança do DNS, ou servidores raiz, e isso fica dentro da missão e mandato da ICANN. E isso está sujeito ao desenvolvimento de políticas através do processo de baixo para cima da ICANN, e não é imposto pela diretoria da ICANN e se a comunidade decidir elaborar políticas que afetem diretamente ou a questões que diretamente ligadas a estabilidade e segurança da internet, a

ICANN pode atuar. Eu acho que um dos grandes desafios, eu acho que é parte do problema, então é uma questão de políticas e outras, se as decisões são tomadas através do processo multisetorial da ICANN. Então por exemplo, se exige uma das sessões, então havia cláusulas incluídas no contrato, e há nos novos gTLDs, que proíbem uma lista de atividades de botnet em operação, pirataria, violação de direitos autorais, etc., nós precisamos então, se você tem uma lista de atividades que podem então ameaçar a segurança e a estabilidade da internet, aí a ICANN pode atuar.

STEVE METALITZ:

Em primeiro lugar, sobre essa questão nós temos que ser cuidadosos e diligentes, e eu estou de acordo com isso, vamos ver essa pergunta a esta luz, como eu disse na primeira intervenção, o que a ICANN pode fazer e os participantes do DNSA são completamente diferentes. Os registradores, registros etc., deve ter bastante flexibilidade, e ou estimular políticas próprias e aplicá-las. Os governos regulam o conteúdo, isso não tem a ver com regulamentação de conteúdo, mas em aplicar os termos de serviços que proíbem o uso de serviços, dos seus serviços, para realizar atividades ilegais. E finalmente sobre essa pergunta capciosa, eu acho que nós temos que pensar formas para reduzir essa via bastante escorregadia. Nós devemos ver quais são as normas globais aceitas. Não há nenhuma norma

legal sobre blasfêmia, e há algo como copyright, ou direito autoral que 172 pertence à convenção de Berne, 164 países fazem parte da organização mundial de comércio, então eu, a situação do malware, do ponto de vista legal, fica num ponto intermediário, há muito menos regras em relação ao malware. Há acordos voluntários, organizações contra o malware, que podem então ajudar a lidar com esse problema, muito obrigado.

RAFIK DAMMAK:

Muito obrigado Steve, nós temos uma pergunta do público, seja muito breve. Por favor, fale seu nome.

MILTON MUELLER:

Milton Mueller, eu sou da parte constituinte dos usuários, Steve você acusou de que há uma, essa fronteira entre as cláusulas contratuais, e os termos de serviços privados, e essa linha foi ultrapassada, e você deu a impressão de que tudo é privado, e que é variável, e que cada um pode escolher diferentes termos de serviço, e que não há legislação, governança imposta, mas isso não é verdade. Vocês não levaram em conta de que nós estamos na ICANN para alavancar várias formas de regulamentação de conteúdo, e o Senhor Grogan falou que na sessão 3A, da especificação 8, mas senhoras e senhores não há uma. Se isso não é uma tentativa bem detalhada de regular o sistema de domínio, eu não sei por que o IPC e os registradores e

registros, sobre o papel da ICANN, e de implementar a especificação, ou especializar a especificação 11. E essa lista de atividades, isso tem a ver com o conteúdo.

PATRICK PENNINCKX: Obrigado por essa discussão, muito interessante, eu sou Patrick Penninckx, do departamento da sociedade de informação do conselho europeu, eu acho que essa discussão tá muito centrada nos Estados Unidos, talvez esteja demais, eu agradeço o participante da Alemanha trazendo a visão do governo alemão em relação à isso. Em vários casos eu não estou de acordo de que o registro e conteúdo, o registro de nomes e regulamentação do conteúdo não sejam para juntas, não estejam juntas, vocês deixaram aqui bem claro quais são os conteúdos que se pode esperar por trás do nome de um site. E também é muito interessante saber sobre o que vocês estão falando. Quanto a evitar a regulamentação do conteúdo, tudo bem, mas o que, que nós obtemos como resultado final? A diversidade de interpretação e imprevisibilidade legal do papel dos ISPs, e isso não é só no contexto dos Estados Unidos, mas também na Europa, em que a interpretação do tribunal europeu de direitos humanos, o tribunal superior europeu, podem incriminar, podem responsabilizar criminalmente os ISPs, eu acho que essa imprevisibilidade, que vem de cada um aplicar o seu próprio princípio, pode ter também um efeito de

congelamento, pode prejudicar eu acho, essa imprevisibilidade legal. Não há nenhum instrumento legal quanto ao cyber delitos, existe uma convenção que já existe, já tem em 15 países que já foi na verdade, 150 países certificaram essa convenção, e estão aplicando.

LEON SANCHEZ:

Eu sou Leon Sanchez, eu sou da Alac, também sou membro do IPC, me surpreende, me parece um pouco contrário que esteja aqui o EFF, e que deixemos de lado o contrato livre entre as partes. O EFF, o que está tentando fazer é utilizar, exportar a legislação americana, porque quando você quer que todas jurisdições utilizem a mesma legislação americana, na verdade é isso que vocês estão fazendo. Como o exercício do direito de qualquer um impõe qualquer coisa à ICANN, então como por exemplo, um proprietário de um direito não pode implementar o seu direito. Então não deve haver diferentes níveis quanto aos direitos fundamentais. Na minha opinião. Então era isso que eu queria dizer, especificamente.

MITCH STOLTZ:

Eu gostaria de responder, mas eu vou esperar.

KATHRYN KLEIMAN: Senhor Grogan escreveu no seu blog que em 2015, que a ICANN não é o regulador do conteúdo da internet, que numa reunião com o GNSG, mas na prática, isso está sendo feito sem os representantes, sem a comunidade não começar, vocês estão negociando políticas privadas, que não seguiram o processo devido. E o Manson Cole em Helsinque apresentou a iniciativa de domínios saudáveis como se fosse uma política multisetorial. Steve, vocês estão certos, a lei do copyright, existe um processo para declarar quando algo é ilegal, eu não sou, nós retirávamos quando eu trabalhava com uma gTLD, nós tirávamos então botnet, malware, phishing, para preservar a estabilidade e segurança da internet. Mas o que você apresentou como se fosse uma política multisetorial, e isso não é verdade. Isso foi feito a portas fechadas.

RAFIK DAMMAK: Eu acho que nós temos que fechar, encerrar a fila. Não aceitaremos mais perguntas.

MITCH STOLTZ: Obrigado Kathy, Senhor Sanchez também obrigado, eu vou tentar responder seus comentários, eu peço desculpas, sei que a maioria dos exemplos vem dos Estados Unidos, mas é a minha área de experiência, e eu estou contente de que o resto do painel esteja formado de pessoas do resto do mundo. Mas, eu

não estou pedindo por uma exportação do direito americano, não é isso. Estou falando sobre princípios que são fundamentais para a internet, e para a comunidade de internet, e num sentido bem real, estão baseados na internet. E, portanto, esse é um pré requisito que garante que todos os outros direitos sejam cumpridos, que é um processo político e um fórum em que possamos começar a debater isso seja possível, e que de forma a outros direitos, e que os engenheiros e pessoas técnicos entendam esse aspecto particularmente importante de restrições, e que a regulação do conteúdo, bloquear os conteúdos, os canais de comunicação também. Eu não digo que o copyright esteja errado, ele acontece em todos os países, de maneira pouco uniforme, se, em muitos países na maioria da Europa, também em situações controversas sobre a liberdade de expressão, e eu volto às perguntas, para que serve nome de domínio? É um certificado de boa cidadania, é para utilizar uma licença para falar na internet, ou simplesmente é um identificador único. Ok então. E acho que para essa comunidade, é um princípio orientador e deve ser, ou talvez exigem ter as circunstâncias, mas é um princípio orientador, deve se contemplar a liberdade de expressão.

RAFIK DAMMAK:

Últimas duas perguntas aqui e vamos ter mais cinco minutos para os últimos comentários.

GERTRUDE LEVINE:

Eu sou Gertrude Levine da Associação nacional Farmacêutica, e colaboradora para o gTLD.farmacy, eu quero destacar aqui que todos os NABP foram revisados, mais de 10 mil sites, e encontramos que 96% estão operando de forma ilegal. E vendem fármacos sem uma receita válida. 80% deles. Sem supervisão médica, sem orientação de uma drogaria. Então sem entrarmos em detalhes ou em questões de copyright dos Estados Unidos e do Canadá, fica bem claro que isso vai contra a legislação norte americana, isso é vender sem receita. E nossa ORA disse especificamente todos os fármacos, as leis aplicáveis, e não determina, não especifica o que é uma lei aplicável. Não especifica. Só diz que devem ser seguidas, e que essa foi a decisão da ICANN ao adotar o RAA, porque é o que é correto, mas se isso é pra todos os países, os países são de (inint) [01:46:23].

SAVIO DSOUZA:

Eu sou Savio de Souza, sou da Índia, é a minha primeira vez na ICANN, sou secretário da indústria musical da Índia, que representa uma outra porcentagem da música, os músicos da Índia, e a Índia está em muito alto nível de violação da lei, e a música tá disponível e é grátis, não podemos parar o download de música, e quando eu vim aqui pela primeira vez eu não sabia

muito bem porque eu vim aqui, o que eu obteria dessa reunião, mas estou muito satisfeita aqui de saber que a ICANN quer incluir novas partes, outras pessoas, convida os outros para participar, e realmente gostei muito de ouvir os ministros, que falaram sobre dar apoio à ICANN com qualquer problema. Inclusive com questões de direito de propriedade intelectual. E como a dois dias que estou aqui, e também tenho ouvido coisas errôneas aqui, e como eu não acho que deveria aplicar a lei, ou que deveria haver auto regulação, ou que os governos deveriam regular então aquilo. E eu ouço tudo isto, e eu volto para a minha casa inseguro. A ICANN é muito simpática, mas eu vejo que não há soluções aqui, e se vocês querem receber da Índia, China, outros países como esses, sejam menos egocêntricos, menos americanocêntricos, e observem mais os outros países.

RAFIK DAMMAK:

Muito obrigado, há vários que querem responder, Jon Nevett responde.

JON NEVETT:

Realmente, sobre a iniciativa de domínios são saudáveis, não tem nada a ver com o modelo multisetorial, e como disse no começo, não acreditamos na regulação de conteúdos pelo ICANN, não deveria ser obrigatório, é apenas colocar limites, nós pensamos que há boas ideias lá foram, precisamos estabelecer

uma boa relação com NCMEC que é uma entidade que, e isso é bom, é uma entidade contra imagens de abuso infantil. E esse não é aqui, e nós estamos trabalhando aqui a portas fechadas, com NCMEC só, temos, perguntamos se deveríamos anunciar tudo que é dito aqui ou não publicamente. E o que fazemos com as referências, e eu sei que vão ser transparentes, e não estamos trabalhando a portas fechadas, não sei. E nós temos seguido os devidos processos, e vamos tentar continuar sendo transparentes.

JON NEVETT:

Muito obrigada, eu devo sair correndo daqui, eu devo estar em uma outra parte, mas eu acho que esse tipo de diálogo é muito positivo, é bom termos esse diálogo, essa conversa, eu tenho trabalhado e participado de debates de governança na internet, e uma das coisas que eu sempre sinto é que nós como indústria nos auto regulamos, somos auto determinantes, escolhemos como dirigir nossas empresas para ter uma internet livre e gratuita, e todos vocês estão a favor disso. Mas no mundo real, as pessoas fazem coisas maldosas na internet, e eu não poderia dormir durante a noite se eu sentisse que as minhas companhias, e minhas ações quando (inint) [01:51:12] coisas perversas ou que podem assim prejudicar as pessoas, causar a morte etc., por exemplo com fármacos falsos, e eu realmente denunciaria isso. Eu não vejo a capacidade que as pessoas que

querem vender drogas ou fármacos falsos, sejam um, estejam dentro dessa conversa. Nós, o fato de ter trabalhado com HDI e outras organizações durante muitos anos, eu vou continuar denunciando. Nós devemos limpar nossas ações, se não fossem nossas próprias leis, e os governos vão intervir. Isso vai criar uma situação muito ruim. Quem quer continuar essa conversa, por favor? Eu devo ir embora rapidamente.

STEVE DeIBIANCO:

Os provedores de serviços do Reino Unido estão bloqueando sites pornográficos, e isso pode ser um exemplo de exemplos para marcas registradas e copyright, e eu tento entender como é que podemos fazer bem as coisas, e as coisas do bem etc.

MITCH STOLTZ:

Realmente, pelo que eu vi aqui há coisas que eu não gostei, especialmente as partes contratadas realmente, o fato de evitar essa pendente escorregadia realmente é algo real, e me preocupa muito a questão das regras paralelas, legislação em paralelo. E uma triangulação que não possa responder as necessidades das pessoas e que sejam aplicadas indiscriminadamente sem levar em conta a escolha da, da concorrência. Então, nós, (inint) [01:53:46] não mediríamos ter essas reuniões aqui, tratar esses temas aqui nesses processos multisetorial. É um caminho perigoso. Steve mencionou um dos

princípios de Manila, eu encorajo todos que vocês leiam os princípios, manilaprinciples.org, trata sobre ONGs, e não diz nada sobre auto regulação. Pelo que disse Steve, o conteúdo não deve ser exigência que os conteúdos sejam limitados por ordem judicial. Cada companhia escolhe a maneira de fazer negócios, e deve responder as regulações sobre ação do governo, o de câmaras empresariais privadas, e eu acredito nos princípios orientadores, e eu agradeço a ICANN por essa oportunidade, e também o nosso painel por essa discussão tão interessante.

RAFIK DAMMAK:

Obrigado Mitch, eu quero agradecer a todos os membros do painel, pelo tempo dedicado à essa sessão, espero que continuemos com essa discussão, isso só foi um início dessas discussões, e podemos continuar conversando sobre essas questões. Muito obrigado.